

E O OPERÁRIO DISSE NÃO

Comentários sobre a greve geral de maio de 1921

Victor Meyer¹

Segundo avaliação feita pela CUT, aproximadamente 18 milhões de trabalhadores aderiram à greve geral convocada para 22 e 23 de maio. O movimento foi sustentado por parcelas de rodoviários, bancários, professores, funcionários públicos, comerciantes, que participaram das mobilizações num percentual médio de 30%. Considerando que foi a primeira greve geral depois da formação e posse do governo Collor e que todas as regiões do país estiveram envolvidas na jornada, pode-se até afirmar que o movimento atingiu um êxito relativo.

Há, no entanto, um aspecto que distingue esta de todas as outras greves gerais convocadas nos últimos 10 anos: o proletariado industrial não aderiu. Pela primeira vez desde a fundação da CUT a classe operária, virtualmente por unanimidade, deixou de acatar uma palavra de ordem da Central. Esta é a questão chave a ser debatida neste momento de reavaliações. A recusa dos metalúrgicos do ABC em aderir ao movimento tem sido, por razões óbvias, o lance mais destacado do acontecimento, mas é bom lembrar que também os metalúrgicos da Cidade Industrial, de Contagem e Betim, em MG, os metalúrgicos do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, assim como os petroquímicos, os petroleiros e demais categorias do proletariado industrial, desconheciam a convocação ou opuseram justificativas particulares para não aderir. Do ponto de vista prático, disseram não à greve geral.

As explicações particularistas, que se limitam as razões circunstanciais, que se apegam a este ou aquele fato específico para dizer porque esta ou aquela categoria isolada deixou de aderir, perdem consistência frente à dimensão nacional do comportamento da classe operária. Os metalúrgicos do ABC poderiam estar cansados depois de uma greve recente - mas o que dizer, por exemplo, dos metalúrgicos de Contagem? As explicações para cada caso em particular são certamente verdadeiras em seus limites, porém insuficientes para dar conta do fenômeno. Importa reconhecer que, no rastilho desse conjunto de motivos específicos se impõe um irrecusável fato nacional, devendo haver uma explicação geral e nacional para ele.

É certo que existe uma divisão no movimento operário, principalmente a que opõe as lideranças amarelas, agentes do governo no movimento sindical (Medeiros, Magri e outros), à CUT. Esse é um fato importante para ser pesado, mas não vamos esquecer de que não é um fato novo. Em 1983 já existia essa divisão, o que não impediu que uma fração mais combativa e consciente do proletariado industrial aderisse ao 1º ensaio de greve geral.

Não vamos ignorar que existe uma crise econômica no país e que essa situação limita as lutas sociais. A crise, a ofensiva do capital e os ataques do governo Collor exercem um freio poderoso sobre o movimento de massas. Os trabalhadores se sentem desorientados frente à coação econômica, frente à ameaça do desemprego. Tentam saídas pessoais para contornar o arrocho, as constantes mudanças das políticas salariais. Essa experiência não é totalmente nova para os trabalhadores brasileiros. Em parte ela foi vivenciada há menos de 10 anos, na crise de 1981/84.

Mas a crise em si não obriga o movimento a acumular derrotas. A história mostra muitas situações adversas nas quais os movimentos dos trabalhadores conseguiram encontrar formas de sobrevivência e mesmo de avanços. Podemos voltar a lembrar a próprio exemplo da crise de 81/84. Apesar das imensas dificuldades para a deflagração das ações de

¹ Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

massas, uma série de importantes passos à frente foram dados. Em 1981, já num ambiente de demissões em massa, em consequência da crise econômica, ocorreu a 1ª CONCLAT, marco histórico indiscutível na trajetória das lutas dos trabalhadores brasileiros. Foi também durante a crise que ocorreu o 1º ensaio de greve geral, ao qual aderiu sobretudo uma fração mais organizada do movimento operário. E foi em plena crise que aconteceu a fundação da CUT.

Mas o movimento atual, visto a partir da posse do atual governo federal, ainda não conseguiu realizar aquele passo prático que para o conjunto dos trabalhadores conscientes possa aparecer como o signo de um avanço. A dificuldade encontrada para o desenvolvimento de lutas articuladas, em condições de impor derrotas a política salarial do governo, e particularmente o esvaziamento da participação operária na greve geral de maio, são sinais de advertência histórica para a CUT. E não só para a CUT: para o emergente movimento independente dos trabalhadores brasileiros, ao qual se vincula também o PT. Esta situação merece atenção especial.

Os Riscos do isolamento

Analisando os fatos mais atentamente, veremos que de certa forma a classe operária se manifestou nos dias 22 e 23 de maio. Ela se manifestou através do silêncio, se manifestou ao desautorizar na prática as suas lideranças. É certo que muitas categorias operárias fizeram assembleias e se declararam favoráveis à greve. Mas deliberaram não aderir. A aparente contradição se explica: a massa reconhecia a legitimidade da greve e não pretendia selar um rompimento com suas lideranças. Mas ao decidir não parar, ficava patente que outras razões estavam sendo pesadas, além da legitimidade da luta e além da autenticidade das suas lideranças. Que outras razões seriam essas?

O fato objetivo é que as lideranças da CUT, em todos os níveis e inclusive as lideranças operárias, deliberaram a favor da greve nos foros preparatórios. Mas, no dia decisivo, a massa operária compareceria ao trabalho normalmente, não obstante haver justificado sua atitude com alegações diversas. Resulta disso tudo um fato maior, uma verdade prática: a massa operária não endossou a decisão das suas lideranças.

Os dirigentes do movimento operário que votaram pela greve podiam então ser flagrados num ato de distanciamento frente à realidade atual das suas bases. A experiência da greve geral revelou uma crise de liderança dentro do movimento operário. Por que a classe operária não atendeu a palavra de ordem da CUT, apesar de reconhecer sua legitimidade? Tudo indica que assistimos a mais uma demonstração de realismo daquela que é a força maior entre os trabalhadores em geral.

Os operários perceberam, talvez intuitivamente, que não estão contando com as condições indispensáveis para um enfrentamento à altura da capacidade de retaliação do inimigo. Voltaremos a discutir esse ponto fundamental mais à frente.

A história das lutas sociais adverte para o enorme risco que se encerra em situações como essa, quando se estabelece uma distância entre as massas e as suas lideranças históricas. A crise de liderança abre um ponto morto, um vazio. Se essas lideranças não conseguem a tempo fazer uma reavaliação e reencontrar os elos com o movimento, fica aberto um espaço para todos os tipos de oportunismo.

No caso em questão, a demonstração de fraqueza das lideranças operárias da CUT fortaleceu Medeiros, ao menos momentaneamente. Esses agentes da burguesia e do governo dentro do movimento estão aí, fomentados pela máquina do Estado, prontos para aproveitar-se de todas as brechas que se criem no curso do movimento independente. A repercussão nacional alcançada pela não adesão dos operários à greve abriu uma oportunidade privilegiada para que o "sindicalismo de negócios" fizesse o seu comício pela TV.

A distância entre lideranças e massas traz outras implicações. Na greve de maio, a necessidade generalizada de piquetes deixou as lideranças da CUT numa situação desfavorável frente à repressão policial. Sem a adesão das massas, as lideranças foram

levadas a agir isoladamente frente às agressões da força repressiva. Situação que ilustra um exemplo clássico de êxito da repressão. Pois é bom lembrar que o objetivo estratégico mais elementar para qualquer ação repressiva é a abertura de uma cunha, de um fosso, entre as lideranças e as massas. Dada a experiência histórica da esquerda brasileira, que conheceu de perto a armadilha representada pelas ações da vanguarda isolada, deve-se avaliar as confrontações havidas nos dias 22 e 23 como um resultado indesejado das circunstâncias impostas por uma greve que se desenrolou sem a ativa participação das massas.

Mas a existência de conflitos entre a liderança isolada e a polícia não justifica declarações saídas do nosso próprio campo, condenando a violência em geral. Pois é a violência patronal e governamental que vem pontilhando as lutas sociais recentes, desde a greve da CSN, em 1988, impondo às massas necessidades muito concretas de autodefesa. Em Volta Redonda, em 1988, tropas autorizadas pelo presidente da República e comandos clandestinos de terrorismo de direita atacaram os grevistas. A violência dos de cima esboçou-se também em 1989, no final da campanha presidencial, quando tornou-se claro que a ameaça dos trabalhadores era para valer. A violência esteve presente também nas greves de 1990.

Quanto à greve de maio, ficou público e notório que o governo deliberadamente criou o cenário para a confrontação. O patronato já a havia antecedido com um jogo duro de coação econômica, de ameaças de demissões, enquanto nos dias 22 e 23 as tropas madrugaram armadas de bombas, cassetetes e cães. Sinalizados pela constatação da fraca adesão de massas, os comandos militares viram-se diante da oportunidade de treinar um cerco às lideranças. Nenhuma vanguarda consciente e responsável poderia instigar ações de cunho suicida num ambiente de isolamento, como no caso, mas a dura realidade daquela experiência não tem absolutamente nada que justifique arroubos pacifistas e apelos abstratos contra a violência em geral.

Abordando a questão Central

Nesses 10 anos que nos separam da conjuntura de greves de massas e da subsequente fundação da CUT, a classe operária exerceu (com raros momentos de exceção) uma indiscutível autoridade política e moral sobre o conjunto dos movimentos dos trabalhadores. A hegemonia operária garantiu os posicionamentos da CUT, bem como do PT, em momentos críticos da vida nacional. O próprio PT dificilmente teria sobrevivido como partido de massas se não contasse com um núcleo de coesão que de fato exerceu um insuperável poder de atração sobre o conjunto do partido; esse núcleo de coesão foi constituído até aqui pelas lideranças operárias.

Essa situação talvez seja subestimada por meio do uso corrente de um vocabulário controvertido. Algumas palavras parecem fadadas a arrastar ideias confusas. É o caso da designação das lideranças operárias como "sindicalistas". Claro: a palavra em si não exigiria qualquer restrição, não fosse o hábito cultivado em áreas não muito restritas, o hábito de envolver essa palavra com um ranso preconceituoso. Ninguém disse explicitamente, mas quem quer que tenha se habituado a ler ou ouvir os discursos correntes, ao longo desses anos todos, poderia reescrever muitos deles da seguinte forma: - não desconhecemos que os sindicalistas são importantes, as lutas sindicais também, mas fazem parte desse universo mais ou menos primitivo, por que não dizer atrasado, o universo "sindical", ou seja, "que ainda não é político", etc. Uma desdém mal disfarçado tenta reduzir um aspecto muito importante da realidade: as lideranças "sindicalistas" representam as lutas de classe em suas manifestações mais avançadas na atualidade. Eles, os sindicalistas, não saem de um universo atrasado. Pelo contrário, estão na vanguarda da atualidade dos trabalhadores. As lutas ditas sindicais da atualidade são lutas de classe e portanto, quando unificadas, são lutas políticas. São lutas altamente políticas.

Acontece que é precisamente essa liderança, os "sindicalistas", ou seja, a vanguarda do movimento geral e especialmente as lideranças do movimento operário, que vivem hoje uma crise de representatividade. Não estamos nos referindo isoladamente a nomes ou tendências políticas, mas a um fenômeno de alcance geral que atinge profundamente o movimento atual dos trabalhadores.

Fazendo uma breve retrospectiva, veremos que as formas de organização dos trabalhadores avançaram bastante no período das greves de massa, em 78-80, e de certa forma continuaram avançando nos anos já de descenso, com destaque para o processo que levou à fundação da CUT. No período posterior, desde meados dos anos 80, cabia difundir pelo país os padrões já alcançados nos centros mais avançados do movimento (ABC, entre outros). Foi a hora de limpar os sindicatos das velhas quadrilhas pelegas. Foi a hora de criar uma estrutura nacional capaz de garantir a ação da CUT, isto é, as atividades próprias de uma Central. No entanto, foi ficando amortecido o trabalho de revolver em profundidade a nossa estrutura sindical, para o que muito contribuíram as condições históricas reinantes naqueles anos. Vivíamos sob o governo Sarney, com as classes dominantes usando o velho mecanismo de esvaziar as conquistas salariais através da inflação. Criou-se um ambiente de vitórias fáceis porém nada duradouras. O sistema político imitava o populismo, admitindo concessões pouco consistentes e afrouxando as rédeas sobre os tribunais do trabalho.

Foi também nesses anos que a palavra modernidade ganhou um status todo especial. Nada menos moderno, porém, do que sindicatos herdados do fascismo de Mussolini e reformados apenas parcialmente. As marcas das velhíssimas Comissões de Enquadramento continuavam e continuam até hoje vivas por toda parte. Os mecanismos de ligação entre as lideranças combativas da CUT e as massas continuavam trazendo os anacronismos do passado.

As organizações sindicais de base retrocederam em relação às marcas alcançadas durante o primeiro auge das Comissões de Fábrica. Enquanto o patronato conseguia forjar dispositivos para desbaratar as Comissões, não houve do nosso lado a implantação de formas alternativas para garantir o nível possível de organização fabril, já num contexto de tensões agravadas.

Também não se conseguiu implantar uma tradição de jornalismo de massa, sendo poucos os jornais operários regulares em todo o país. Os fundos de greve ficaram em segundo plano e pouco se avançou na organização de sindicatos mais abrangentes (a caminho de sindicatos nacionais).

Não ignoramos que esses problemas têm sido detectados pelas forças cutistas, em várias instâncias, - das teses oficiais da executiva nacional aos diversos foros de debate. Por exemplo, a CUT levantou a bandeira da organização de campanhas salariais unificadas. Vem defendendo o contrato coletivo de trabalho. Deliberou ampliar a base de representação dos sindicatos ("o enquadramento", na linguagem da CLT), visando passar dos sindicatos de categoria para os sindicatos por ramos de atividade. E, especialmente, vem pregando a criação de "Comissões Sindicais de Base", que seriam o verdadeiro alicerce da força dos trabalhadores.

Essas orientações já constam da agenda teórica da CUT. No entanto, nenhuma delas foi efetivamente transformada em realidade. Não se deseja situar "culpados", como nas discussões das seitas, mas discutir um problema fundamental. Por que não se conseguiu levar à prática as campanhas unificadas? Por que não se conseguiu levar à prática as Comissões Sindicais de Base? Por que os sindicatos por ramo de atividade não se impuseram ainda? Essas perguntas têm tudo a ver com o tema específico deste texto: por que a classe operária não aderiu à greve geral? Pela sua importância, esses problemas se colocam obrigatoriamente em qualquer discussão que se faça sobre a atualidade do movimento dos trabalhadores. Com redobradas razões eles se colocam para o IV CONCURTO, que marcará um grande avanço se definir, com o destaque exigido pelos fatos, uma política para a estruturação dos sindicatos, para a reorganização do movimento sindical brasileiro.

O Governo Collor e a hora da verdade

Quando ocorre alguns setores desorganizados e atrasados ignorarem a palavra de ordem da vanguarda, o balanço do acontecimento é muito mais simples. Mas o que dizer de uma mobilização que tenha sido ignorada pelos setores mais avançados dos trabalhadores? A crise econômica e o governo Collor tornaram mais claras as fraquezas internas do movimento dos trabalhadores. A massa operária, a partir dos seus segmentos mais

conscientes, percebe que os obstáculos a enfrentar são fortes e que sua capacidade de luta não está a altura. Conscientemente ou intuitivamente, percebe a situação desfavorável em que se encontra. Ao não assumir a greve geral, a classe operária deu uma demonstração de realismo.

A rigor, a omissão da classe operária na greve geral não deveria surpreender. Como poderíamos nos surpreender, se antes da greve a tentativa de fazer uma campanha salarial unificada não foi adiante? Se até aqui as comissões sindicais de base não foram construídas? É verdade que, ao se omitir, a classe operária também demonstrava uma queda na sua autoconfiança. Mas a autoconfiança das massas não é um estado de espírito abstrato. Está ligado a uma autoavaliação, mais ou menos elaborada, sobre as possibilidades de vitória.

A experiência mostra a necessidade de centrar todos os esforços na superação dos pontos fracos da organização sindical. As transformações nas formas de organização e nos métodos de luta são indispensáveis porque as lutas hoje se travam num ambiente de grande tensão social e política. Essa necessária transformação, uma vez traduzida na prática, recrudescerá a combatividade e a autoconfiança das massas.

O governo Collor demarca o agravamento da crise da sociedade brasileira e a reação das classes dominantes. Sua atitude frente aos trabalhadores é de ofensiva, o que aliás já se esboçava na fase final do governo Sarney. Mas a ofensiva de Collor não exigiu, até agora, uma legislação especial contra os trabalhadores. O governo simplesmente aplica a lei, a lei antiga, e basta isso para que o movimento dos trabalhadores revele suas fraquezas internas.

Seria realmente um contrassenso traçar uma linha de ação que não leve em conta os pontos de fraqueza do movimento dos trabalhadores. Que não trace uma estratégia para superá-los. Sem organização de base digna do nome, sem o acúmulo de experiências de lutas articuladas, como esperar o êxito de uma greve geral? Simplesmente apostando tudo na paralisação dos transportes, como se fazia antes de 1964? Poderia o movimento de hoje enfrentar o inimigo presente usando apenas os padrões de luta de antes de 64?

Há uma contradição entre o atual agravamento da exploração e da opressão e o nível de organização dos trabalhadores. Quem aprecia os acontecimentos numa ótica vanguardista, somente vê o comportamento da massa em função das suas vanguardas, negando-lhe qualquer autonomia. Mas os fatos voltaram a revelar os sinais do realismo das massas. Os operários deixaram de atender ao chamamento das suas lideranças legítimas porque perceberam que não é possível prosseguir como antes.

(Informe Conjuntural, CEPAS, Salvador – BA, julho de 1991)

Este documento encontra-se em
www.centrovictormeyer.org.br
